

O MUNDO DO TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS: desafios para o desenvolvimento no século XXI

Denise Bessa Leda¹

RESUMO

O texto aborda as repercussões do mundo do trabalho nas relações sociais e os desafios para o desenvolvimento no século XXI. Para isso, busca-se compreender a nova morfologia do trabalho e suas exigências na conformação das subjetividades. A construção de sujeitos autônomos contrapõe-se aos esquemas autoritários, a massificação das subjetividades e a formação de uma ética corrompível face aos desejos do mundo material. Torna-se importante e necessário alimentar a indignação e a luta por um outro percurso de desenvolvimento para o século XXI, o que exige a força dos projetos coletivos e a implementação de políticas públicas.

Palavras-chave: mundo do trabalho; relações sociais; desenvolvimento.

ABSTRACT

This communication approaches the repercussions of the world of labor in the social relations and the challenges of development in the 21st century. To accomplish this, it is necessary to try to understand the labor's new morphology and its exigencies to the conformation of the subjectivity. The construction of autonomous subjects is against authority schemes, the massification of subjectivities and the formation of an ethic that is corruptible by the desires of the material world. It is important and necessary to increase the indignation and the fight for another way of development in the 21st century, which demands the strength of collective projects and the implementation of public politics.

Key words: world of labor; social relations; development.

1 INTRODUÇÃO

Tendo como foco a nova configuração do mundo do trabalho, este texto pretende apontar para a atualidade das análises marxianas e marxistas, que atuam como ferramentas teóricas fundamentais para a organização da luta dos trabalhadores e são pertinentes em uma conjuntura em que o capitalismo insiste e persiste em configurar a vida dos seres humanos.

O mundo capitalista é competitivo e as suas rápidas transformações não permitem laços de confiança, lealdade e compromisso. O colega de trabalho agora é o rival, aquele que é preciso superar para obter lugar de destaque. Esse tipo de sistema é feroz, requer sujeitos aguerridos, egocentrados, com desprezo e apatia em relação às questões coletivas, gerando por consequência um esfacelamento das relações sociais.

¹ Doutoranda em Psicologia Social -UERJ

A conjuntura atual revela que os movimentos de resistência dos sujeitos que lutam por uma outra sociedade precisam ser incessantes, pois o meio tende a ser bastante hostil a tais situações, até mesmo porque os discursos, as produções teóricas e os documentos oficiais não costumam revelar tão claramente a opção pelo projeto neoliberal de sociedade, que se explicita na contradição das práticas.

2 AS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI

O modo de produção implementado pelo toyotismo exigiu, mais do que os sistemas de produção predominantes em tempos passados, a conformação das subjetividades para atender aos seus princípios. Esse processo que vem se reafirmando até os dias atuais produz, a cada momento, novas formas de fetichização, produz o “envolvimento manipulatório” (ANTUNES, 2005) em seu limite máximo. É a mais explícita captura da subjetividade e, como assinala Antunes, o capitalismo em seu processo de reestruturação procurou “gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade” (p.48).

O suporte ideológico dessa conjuntura dá-se através dos preceitos do neoliberalismo, com a defesa intransigente de fatores como: privatização da máquina estatal, desregulamentação dos direitos sociais, aceleração do binômio produção/consumo, intenso crescimento do setor de serviços e da economia informal, gestão organizacional orientada pelo modelo da competência e hipertrofia do individualismo.

O Brasil, especialmente a partir da década de 90, tem vivido no campo do trabalho o acirramento das privatizações, reestruturação industrial, terceirizações, desemprego estrutural, aumento do emprego informal, fragilização do poder sindical, perda progressiva de direitos sociais e camuflagem das contradições e conflitos sociais com o avanço das atividades de organizações não governamentais (ONG's), compondo o denominado terceiro setor². Tudo isso na conjuntura da globalização e de suas reformas neoliberais, com políticas antidemocráticas que diluem as fronteiras público/privado.

Esses elementos são apresentados como legítimos, como fossem partes de um caminho irreversível, que ao ser percorrido impõe aos indivíduos a cultura do efêmero, com fortes repercussões à construção de suas subjetividades. Torna-se importante ressaltar que ao analisar a categoria subjetividade, referenciada por padrões capitalistas, é necessário considerar o que Alves (2006, p.23) pontua ao se deter sobre a mesma:

² O IBGE em parceria com o IPEA, Gife e Abong realizou em 2002 um levantamento nacional sobre o número de organizações não governamentais no Brasil e os dados registraram, até então, 275.895 organizações, empregando 1.541.290 pessoas. Diante desses números, como diz Antunes (2005, p. 113) o terceiro setor cumpre sua funcionalidade de “incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital”.

É um campo problemático onde esta sócio-objetividade do capital inscreve suas marcas. Ela incorpora as múltiplas contradições que perpassam a sociabilidade de uma sociedade produtora de mercadorias.

Vivendo sob a égide dos fetiches da sociedade capitalista o ser humano vem balizando suas ações e emoções pelos critérios do prestígio e da bela aparência. O que se torna preocupante é a naturalização desses valores, como se não houvesse nada a fazer, como se essa fosse a única possibilidade de viver e conviver. Muitos indivíduos incorporam toda essa dinâmica, banalizando os fatos e os sentimentos deles advindos, outros preferem adaptar-se como se tudo isso fosse uma fatalidade irreversível. Esse amortecimento dos sentidos é muito conveniente para a perpetuação da lógica hegemônica. Mas, Silveira (1989, p.61) ressalta: “Nessa alienação do indivíduo frente a si mesmo e aos demais, o que aparece naturalizado não são as formas pessoais e sociais de dependência, mas o próprio nexos material”. Ele posteriormente, para problematizar a marcante indiferença entre os sujeitos no bojo do capitalismo, comenta:

O que se elimina e se abstrai são as diferenças *qualitativas* dos outros e de si mesmo, que são precisamente as diferenças que possibilitam que os indivíduos se tornem *sujeitos*. Com isto quero dizer também que nas próprias subjetividades está plasmada, soldada, marcada, de uma maneira profunda, a *diferença* que, por excelência, torna os indivíduos, sob o capitalismo, *indiferentes*: a diferença *quantitativa*; a *comparabilidade quantitativa* de si mesmo, dos outros e do conjunto das relações: a universalização da alienação (p.63).

Na esteira da discussão sobre o toyotismo, Boaventura de Souza Santos (1999) lembra que o novo contrato social exacerba o individualismo, não fornece nenhuma estabilidade, não reconhece o conflito, mas reforça atitudes de passividade diante de condições ilusoriamente universais e dadas como naturais. Trata-se de um falso contrato que impõe suas condições aos mais fracos, isto é, os sem poder econômico, situados na base inferior da hierarquia social.

Como lembra Alves (2006, p.35) sobre a precarização das relações sociais na modernidade do capital: “No caso do mundo do trabalho, a *financeirização* pressupõe trabalho (e vida social) precário, elemento catalisador do *medo*, que é a matriz do consentimento”.

Dessa forma tem se propagado a lógica da gestão por competência, conceito estudado por Ramos (2002) e afirmado como uma categoria de cunho individual em sua essência. Até a década de 80 a formação profissional se centrava na busca pela qualificação, as aprendizagens eram baseadas na prescrição das atividades de trabalho. Hoje, sob o paradigma da competência isso muda e reordena-se de forma significativa a relação trabalho-educação “[...] desviando o foco dos empregos, das ocupações e das tarefas para o trabalhador em suas implicações subjetivas com o trabalho” (p.39). Nesse

contexto, a subjetividade do trabalhador, vista como algo construído individualmente, ganha um realce fenomenal.

O que fica evidente na administração atual é que as diferenças de ritmos e qualidades no processo produtivo são demarcadas pelas características subjetivas de cada trabalhador, que precisa agregar incessantemente mais elementos à sua competência e ganhar diferencial diante de seus colegas de trabalho.

Nessa corrida, algumas práticas vão sendo sutilmente permitidas: ser desleal, desqualificar o colega, omitir informações, entre outras tantas. Toda essa conjuntura que permeia as situações de trabalho é envolvida num clima de receios, angústias e tensões. Há uma pergunta que se sobrepõe às relações humanas no capitalismo insaciável: *“o que eu ganho com isso?”*, apontando assim para a superficialidade e a materialização de comportamentos e sentimentos. Sobre essa efemeridade nos laços sociais Bauman (2004, p. 112-113) afirma:

uma inédita fluidez, fragilidade e transitoriedade em construção (a famosa ‘flexibilidade’) marcam todas as espécies de vínculos sociais que, uma década atrás, combinaram-se para constituir um arcabouço duradouro e fidedigno dentro do qual se pôde tecer com segurança uma rede de interações humanas. Elas afetam particularmente, e talvez de modo mais seminal, o emprego e as relações profissionais.

O padrão toyotista articula exacerbação da individualidade e trabalho em equipe. Este também encontrado sob denominações como: “células de produção”, “times de trabalho”, tudo sob a orientação de novas técnicas de gestão da força de trabalho, incorporação de recursos tecnológicos, que buscam “[...] ao menos no plano discursivo o ‘envolvimento participativo’ dos trabalhadores” (ANTUNES, 2005, p.52).

Um dos efeitos do trabalho coletivo na forma em que é proposto atualmente, é que ele trouxe para dentro da equipe o controle de cada trabalhador ao ritmo do colega e ao seu próprio, atentando para a qualidade do que está sendo produzido, em um incessante monitoramento de tudo e de todos. Assim se reduz o conflito vertical nas empresas, com grande tendência de ampliação do conflito horizontal, isto é, na relação entre os pares, podendo ser este mais um elemento favorável à desarticulação dos trabalhadores no âmbito sindical.

Cabe salientar, também, que essa redução do poder hierárquico, o ambiente de maior “participação” e “autonomia” do trabalhador, a diluição das fronteiras entre concepção e execução são elementos singulares do modo de produção toyotista. Pode-se dizer que chegam a ser sedutores e estratégicos dentro dessa lógica, mas que em nada reduzem o estranhamento do trabalhador em seu processo de trabalho, em geral o agravam, como no caso atualmente comum, da vinculação entre desempenho e alcance de metas por ganho

salarial. Nas palavras de Antunes (2002, p.42): “O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo ‘envolvimento cooptado’, que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho”. Esse envolvimento corresponde ao que Ramos (2002, p.198) lembra sobre o princípio da adaptabilidade que conjuga responsabilidade e compromisso com flexibilidade diante das incertezas, tudo isso “[...] mediante um gerenciamento exercido sobre a personalidade do trabalhador”. Dessa forma, comenta esta autora cria-se um contexto mais apropriado para a internalização dos valores da empresa e de seus modos de controle.

Os questionamentos a essa conjuntura tendem a ser vistos como uma inadaptação ao mundo do trabalho, ficando o trabalhador na mira de futuras demissões. Compromisso e dedicação são requisitos exigidos ao trabalhador intensamente explorado, com *performance* de equilibrista, que vê sua competência sendo colocada sob suspeita cotidianamente, num clima de insegurança, competição e seleção permanente. Entretanto, a mesma empresa que exige compromisso, pode rompê-lo a qualquer momento. Antunes (2005, p. 89) ao comentar sobre essa e outras marcantes contradições do sistema capitalista diz:

É como se o discurso do *envolvimento racional* dos trabalhadores, propalado pelo capital, se defrontasse cotidianamente com sua efetiva negação, manifestada na intensificação do trabalho, no risco iminente de desemprego, na diferenciação por gênero, na qualificação, na idade etc., entre tantas fraturas presentes no mundo produtivo, condicionantes estas que se mostram como dotados de irracionalidade para o mundo do trabalho.

Um outro dado bastante grave é a atribuição de responsabilidades colocadas sobre os ombros dos trabalhadores e assumidas por estes, quanto à sua inserção, manutenção e exclusão do mundo do trabalho, com argumentos de que eles precisam adquirir a qualificação exigida (diplomas) e buscar, incessantemente, sua própria superação, que significa ser cada vez mais competente nas atividades que desempenham. Essa falácia da qualificação para o trabalho e do desenvolvimento de competências, como sustenta Antunes (2005, p.52) é:

uma manifestação mais ideológica do que de uma necessidade efetiva do processo de produção. A qualificação e a competência exigidas pelo capital muitas vezes objetivam de fato a *confiabilidade* que as empresas pretendem obter dos trabalhadores, que devem entregar sua subjetividade à disposição do capital.

A qualificação e a competência para o trabalho, no capitalismo contemporâneo, remetem necessariamente à discussão de uma preciosa norma do neoliberalismo, condutora das relações que se efetivam entre pessoas, grupos ou nações – a

competitividade. Esse componente que sustenta a vitalidade do capitalismo flexível pressupõe, necessariamente, diferenciações e exclusões entre as partes.

O capitalismo gera um exército de vencidos e tem sustentado a argumentação das diferenças de renda e, portanto, exclusão e inclusão das oportunidades de trabalho, sob a insígnia da competência, que, por sua vez, atrela-se fortemente ao conceito de empregabilidade. Nesse contexto as qualidades não se resumem aos aspectos técnicos de uma atividade de trabalho, mas requerem, também, um aprendizado do chamado “jogo de cintura” ou o princípio da adaptabilidade, comentado acima, a ser exercido em uma mesma empresa ou em outra, na medida em que “a mudança de emprego passa a ser uma contramedida ao desgaste da competência profissional dos indivíduos” (RAMOS, 2002, p.282), tudo isso sem se deixar dominar por sentimentos como: medo, ansiedade, desespero, raiva, pelo contrário, deve-se enfrentar tudo com otimismo e autoconfiança (como se isso fosse possível!). Nessa perspectiva, a autora conclui que “[...] são as capacidades de ordem psicológica, muito mais que as de ordem técnica, aquelas intensamente solicitadas” (p.250).

3 CONCLUSÃO

Há de se considerar a resistência de sujeitos a essa conjuntura que, com análises críticas têm, na contramão dos acontecimentos, mantido posturas éticas, solidárias, enfim humanas em suas relações e, com isso, disseminam, no campo familiar, profissional e político, exemplos de contrapontos à lógica dominante. São movimentos de resistência, individuais e coletivos, que são gerados nessa complexa realidade social do século XXI.

A necessidade concreta de superação da exclusão da classe trabalhadora existe, mas vem sendo sufocada pelas ações massacrantes do capitalismo dirigidas à autoestima dos membros dessa classe, produzindo sentimentos de conformismo e obediência em alguns, e, em outros, de revolta e indignação. Estes últimos podem ter tanto uma ação de desconstrução do sistema vigente, quando acreditam na força dos projetos coletivos e na luta pela implementação de políticas públicas, como de manutenção desse sistema, quando buscam saídas individualistas que podem adentrar o mundo da contravenção.

Esse texto aponta para a concepção de que o “mundo de todos os homens” será fruto da luta histórica para o fim da sociedade de classes, na qual se tem uma classe hegemônica buscando imobilizar, de todas as formas os setores populares, através da repressão explícita, como nos regimes ditatoriais, ou pela via democrática, desqualificando os discursos dos trabalhadores, assim como, qualquer processo de resistência, argumentando a partir de pseudos fundamentos científicos, desconsiderando o direito de cidadania como requisito básico para as interlocuções. A construção de sujeitos autônomos

contrapõe-se a esses esquemas autoritários, a massificação das subjetividades e a formação de uma ética corrompível face aos desejos do mundo material.

Diante deste quadro, justifica-se a indignação e a luta por um outro percurso de desenvolvimento no século XXI, a luta contra a rede ideológica tecida para a manutenção dessa ordem vigente, que naturaliza as condições sociais e constrói no interior de cada indivíduo, referenciais que lhe tomam a possibilidade de construir dignamente sua vida como sujeito autônomo, dotado de uma singularidade e participante ativo da sociedade a que pertence.

Frente a essa conjuntura adversa em que se encontra a “classe-que-vive-do-trabalho” e a força do capital na formação de subjetividades dominadas pelo conformismo, a tarefa para este século não é fácil, mas impõe-se mais do que como opção política, como questão de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. In: PADILHA, V. (Org.) **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Trabalho e superfluidade. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J.L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea). p. 35-44.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2002. 2ªed.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVEIRA, P. Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e de objetivação. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (Orgs.) **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.